

Capítulo 4 - Texto de referência

Famílias e políticas sociais

Como a família está inserida na ideia de proteção social e, portanto, nas políticas sociais? De que tipo de família se está falando? O que mudou com a Constituição Federal de 1988? Quais são os efeitos das políticas sociais nas famílias? Como questões de gênero e desigualdades organizam o trabalho produtivo e reprodutivo¹? Essas são questões importantes, pois decisões sobre políticas para famílias afetam a todos que recebem algum tipo de proteção social.

A família passou a ser uma preocupação pública a partir de mudanças que ocorreram durante o século XX no mercado de trabalho, no papel das mulheres e mesmo na função das famílias, que passaram a ser percebidas como espaço de consumo de bens e serviços. Com isso, os arranjos reprodutivos passaram a ser compartilhados pela família pelo mercado e pelo Estado. Mudanças importantes continuam ocorrendo no século XXI, como a composição das famílias e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, e as famílias são percebidas como relevantes para a organização da ordem social e econômica.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu as bases do sistema de proteção social, constituído pelas políticas de previdência, saúde e assistência social. Também estabeleceu que essa proteção deve ser garantida pela família, pela sociedade (o que inclui o mercado) e pelo Estado (nessa ordem de prioridade). Além disso, são objetivos do Estado brasileiro a promoção do bem-estar e a redução das desigualdades.

As famílias brasileiras, por sua vez, mudaram bastante nas décadas posteriores à promulgação da Constituição Federal. É possível encontrar vários formatos de famílias: (a) unipessoal, constituída por pessoas que moram sozinhas; (b) família nuclear, composta por casal com ou sem filhos; (c) família monoparental, em que um dos genitores é responsável pelos filhos (geralmente são lideradas por mulheres); (d) família

¹ Trabalho produtivo é aquele que gera bens e/ou serviços e é remunerado; trabalho reprodutivo é aquele voltado para a manutenção da vida (limpeza, alimentação, cuidados pessoais etc.) que é realizado no âmbito da vida privada, geralmente sem remuneração, essencial para a reprodução da força de trabalho e para a sociedade.

estendida, em que parentes moram juntos; (e) família composta, em que pessoas sem relação de parentesco moram juntas.

No Brasil, a maioria das famílias ainda é do tipo nuclear, mas houve aumento de pessoas que moram sozinhas e de famílias monoparentais femininas, sendo que as mulheres lideram um terço dos domicílios e as famílias monoparentais femininas possuem menor renda, o que reforça desigualdades socioeconômicas e de gênero. Além das mudanças nos formatos das famílias, também é possível observar transformações demográficas importantes, como a redução da taxa de fecundidade, o que impacta na oferta de mão-de-obra e nos cuidados com idosos, por exemplo. A diversidade de formatos familiares e as mudanças na estrutura social indicam que as políticas sociais devem estar atentas às suas necessidades e demandas específicas, bem como às condições socioeconômicas que incidem sobre o acesso à proteção social.

As políticas de família são aquelas destinadas a dar suporte às famílias que possuem membros dependentes ou a indivíduos que não conseguem levar vida independente, aliviando as pressões sobre os adultos responsáveis pela família no exercício de suas responsabilidades. Elas são transversais, ou seja, envolvem várias políticas setoriais, como saúde (ex. cuidadores sociais), educação (ex. creches), assistência social (ex. transferência de renda), emprego (ex. licença maternidade / paternidade), entre outras.

As políticas de família podem ser: *sequenciais*, que possibilitam conciliar trabalho e cuidados; *de cuidado*, que atende famílias com pessoas dependentes de cuidados, como crianças e idosos; *de proteção de renda*, que garantem renda monetária; *de controle de natalidade, planejamento familiar e regulamentação familiar / conjugal*, que incidem no tamanho e na dinâmica da família; *inação estatal*, que reflete uma escolha governamental de não agir. Essas políticas podem reforçar o papel da família (o que, na maioria das vezes, sobrecarrega as mulheres) ou promover a desfamíliação (fazendo com que o Estado assuma ações que antes eram típicas das famílias, como as creches) e, nesse caso, incentivam a participação do Estado e do mercado na proteção social.

No Brasil, as políticas de família buscam contribuir para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, como as creches, a educação infantil e a licença maternidade. Também pretendem garantir proteção de renda, como o Programa Bolsa Família (que beneficia famílias em situação de pobreza monetária) e o Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza. Além dessas,

há políticas que incidem sobre a estrutura familiar, como o reconhecimento de uniões homoafetivas e a proteção contra violência doméstica.

Importante lembrar que, ao longo do tempo, as atividades reprodutivas têm sido atribuídas às mulheres e não são reconhecidas monetariamente. Assim, as mulheres têm sido responsáveis pelos cuidados familiares (como preparar refeições, manter a limpeza de roupas e da casa, cuidar de crianças / idosos / pessoas com deficiência, levar e buscar crianças na escola e às consultas médicas, comprar mantimentos etc.) e enfrentam maior vulnerabilidade econômica, principalmente se são famílias monoparentais femininas. Essas mulheres têm dificuldades para entrar no mercado de trabalho e, quando conseguem, geralmente são ocupações consideradas “femininas” (como cuidados com outras pessoas e casas) e entram em condições precárias ou mesmo inferiores às dos homens (inclusive com salários menores do que os deles), o que é conhecido como “divisão sexual do trabalho”. Esse tipo de inserção tem impactos na conciliação entre trabalho e cuidados familiares. Portanto, as escolhas de políticas de família podem propiciar a autonomia das mulheres e a divisão das tarefas de cuidado, mas a ausência dessas políticas reforça a dependência do trabalho não remunerado das mulheres na família.

Importa lembrar que as políticas de família, por serem transversais, estão relacionadas à inserção produtiva, à educação, ao trabalho, à previdência, à assistência social, à habitação, dentre outras. Ainda que menos visíveis, podem produzir importantes impactos no bem-estar social, buscando promover a conciliação entre as dimensões reprodutivas e produtivas da vida social. No Brasil, alguns avanços podem ser notados, mas ainda se faz necessário observar os diferentes formatos de família, as especificidades regionais, a sensibilização (nas estruturas de socialização, como famílias e escolas) para que as responsabilidades familiares sejam compartilhadas. E é sempre bom lembrar que a formulação e a implementação das políticas vão ser influenciadas pelo contexto socioeconômico e político, podendo produzir resultados importantes na redução das desigualdades (especialmente a de gênero) e na melhoria das condições de vida.

Fonte: SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; PARADIS, Clarisse Goulart; SANTOS, Iris Gomes dos. *Como a família se insere na política social?* In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p.77-94).